

Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI): criação e atuação¹

ÍISIS DE FREITAS CAMPOS

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

OLÍVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Resumo:

A Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI) foi um programa firmado entre Brasil e Estados Unidos em 1946 para o desenvolvimento do ensino industrial brasileiro. Este trabalho se propõe a revisar o processo de criação e atuação da CBAI. Para isso, recorreu-se, para além da pesquisa bibliográfica, à utilização de documentos como os Boletins da CBAI (1947-1961), o livro História do Ensino Industrial no Brasil (Vol. I), de Celso Suckow da Fonseca, escrito em 1961, quando a Comissão estava no final de suas atividades, e edições dos jornais Correio da Manhã (RJ), Correio Paulistano (SP) e Diário de Natal (RN) correspondentes ao período de discussão. O contexto de industrialização brasileira e de disputa por aliados políticos e econômicos, no momento em que os Estados Unidos se tornavam a grande potência mundial, desperta para a reflexão sobre como se estruturou essa parceria. As atividades, os instrumentos de divulgação e a administração da CBAI são elementos importantes nessa discussão. Nesse sentido, a documentação consultada permitiu o acréscimo de informações para a compreensão sobre a estrutura da Comissão tanto como um elemento difusor da ideia de “Política de Boa Vizinhança” quanto em sua simbiose entre a formação técnica e a indústria no Brasil.

¹ Brazilian-American Commission for Industrial Education (CBAI): creation and action / Comisión Brasileña-Americana de Educación Industrial (CBAI): creación y acción

Palavras-chave: Ensino Industrial; CBAI; Política de Boa Vizinhança; Administração.

Abstract:

*The Brazilian-American Commission on Industrial Education (CBAI) was a program signed between Brazil and the United States in 1946 for the development of Brazilian industrial education. This work proposes to review the process of creation and performance of CBAI. For this, in addition to bibliographic research, the use of documents such as the CBAI Bulletins (1947-1961), the book *História do Ensino Industrial no Brasil (Vol. I)*, by Celso Suckow da Fonseca, written in 1961, when the Commission was at the end of its activities, and editions of the newspapers *Correio da Manhã (RJ)*, *Correio Paulistano (SP)* and *Diário de Natal (RN)* corresponding to the period of discussion. The context of Brazilian industrialization and the dispute for political and economic allies, at a time when the United States became the great world power, awakens to reflection on how this partnership was structured. CBAI's activities, dissemination tools and management are important elements in this discussion. In this sense, the consulted documentation allowed the addition of information to understand the structure of the Commission both as a diffuser of the idea of "Good Neighbor Policy" and in its symbiosis between technical training and industry in Brazil.*

Keywords: Industrial Education; CBAI; Good Neighbor Policy; Administration.

Resumen:

*La Comisión Brasileño-Americana de Educación Industrial (CBAI) fue un programa firmado entre Brasil y los Estados Unidos en 1946 para el desarrollo de la educación industrial brasileña. Este trabajo tiene como objetivo revisar el proceso de creación y rendimiento de CBAI. Para esto, además de la investigación bibliográfica, el uso de documentos como los Boletines CBAI (1947-1961), el libro *História do Ensino Industrial no Brasil (Vol. I)*, de Celso Suckow da Fonseca, escrito en 1961, cuando la Comisión estaba al final de sus actividades, y las ediciones de los periódicos *Correio da Manhã (RJ)*, *Correio Paulistano (SP)* y *Diário de Natal (RN)* correspondientes al período de discusión. El contexto de la industrialización brasileña y la disputa por aliados políticos y económicos, en un momento en que Estados Unidos*

se estaba convirtiendo en la gran potencia mundial, suscita reflexiones sobre cómo se estructuraba esta asociación. Las actividades, las herramientas de difusión y la gestión de CBAI son elementos importantes en esta discusión. En este sentido, la documentación consultada permitió agregar información para comprender la estructura de la Comisión como un difusor de la idea de la "Política del Buen Vecino" y en su simbiosis entre la capacitación técnica y la industria en Brasil.

Palabras clave: Educación Industrial; CBAI; Política del Buen Vecino; Administración.

1 INTRODUÇÃO

A Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI) foi um programa de cooperação entre os Estados Unidos e o Brasil para o desenvolvimento da educação industrial. Fundada em 1946, essa associação, que, a princípio, só aconteceria até 1948, teve fim – por iniciativa do governo brasileiro² – só em 1962. As atividades desenvolvidas pela instituição se configuraram, segundo Cunha e Falcão (2009, p. 162), a “montagem de um verdadeiro sistema de ensino, algo sem precedentes na história da educação no Brasil”. Essa complexidade merece investigação para que se entenda o processo de operacionalização da educação industrial em meio à legislação pátria vigente e à influência norte-americana, dado o contexto de industrialização brasileira e de política de interferência dos EUA na América Latina.

Tendo isso em vista, objetiva-se neste trabalho sistematizar o processo de criação e atuação da CBAI no Brasil a partir da revisão bibliográfica sobre a Comissão. Nesse processo, propõe-se contribuir com elementos para o maior entendimento do que se configurou essa instituição. Para isso, recorreu-se à utilização de alguns documentos de uso já frequente na literatura sobre o tema, como os Boletins da CBAI (1947-1961) e o livro História do Ensino Industrial no Brasil (Vol. I), de

² Conforme Cunha e Falcão (2009, p. 173), mesmo com a finalização do programa, no governo de João Goulart, o Brasil continuou recebendo auxílio dos Estados Unidos nessa área, sendo promovidos acordos ainda mais amplos e similares à CBAI.

Celso Suckow da Fonseca, escrito em 1961, quando a Comissão estava no final de suas atividades. Ademais, optou-se por explorar edições dos jornais Correio da Manhã (RJ), Correio Paulistano (SP) e Diário de Natal (RN) do período de atuação da CBAI para a obtenção de elementos adicionais. Todos os documentos encontram-se disponíveis na Biblioteca Nacional, tanto em arquivos físicos quanto digitais.

2 CONTEXTO E CRIAÇÃO

A Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial foi criada, como ressalta Prohmann (2016), a partir de uma resolução assinada em 1946 pelo ministro da Educação Raul Leitão da Cunha e pelo presidente da *Office of Inter-American Affairs* (OIAA)³, Kenneth Holland. Tal acordo seria resultado do entendimento que se estabeleceu a partir da I Conferência de Ministros e Diretores da Educação das Repúblicas Americanas, em 1943, de uma necessidade de se investir na indústria e na qualificação de mão-de-obra.

Mais tarde, a CBAI passou por uma reorganização. Como destaca Novaes,

Harry Truman, propôs quatro diretrizes para a política externa estadunidense, e uma delas, que se tornou conhecido como Ponto IV, estabelecia uma verba de US\$ 45 milhões destinados aos países latino-americanos na forma de cooperação e assistência técnica. A partir de junho de 1950, quando o Congresso dos E.U.A. aprova o Ponto IV, a CBAI passa a se subordinar a esse programa. (Novaes, 2018, p. 9).

Desse modo, os primeiros passos para a colaboração dos Estados Unidos com o desenvolvimento da educação industrial brasileira se deram em um momento no qual havia uma intensificação no processo de industrialização do Brasil - a partir da década de 1930 - e uma preocupação dos americanos em estabelecer relações de modo que garantissem o aliado no contexto da “Política da Boa Vizinhança” anti-

³ Como considera Tota (2014), o New Deal, durante o governo Roosevelt, era uma proposta com a qual Nelson Rockefeller simpatizava. O empresário entendia que o modelo devia ser expandido à América Latina, de modo a consolidar o local dos Estados Unidos diante da ameaça do Eixo. Desse modo, segundo Macedo (2013), Rockefeller conseguiu convencer o presidente a criar uma agência que coordenasse as relações entre os Estados Unidos e os países latino-americanos, dando origem em 1940, sob a direção de Nelson, ao *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics*, que depois passaria a se chamar *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*. A agência foi encerrada em 1946, com o governo de Truman.

Eixo⁴. Tal política se configurava, segundo Tota (2000), enquanto um projeto de americanização de países que sofriam a influência dos Estados Unidos, como era o caso do Brasil.

Para se implantar o *american way of life* na América Latina, os Estados Unidos precisavam dispor de uma ideologia, a qual se baseava, como sistematizado por Tota (2000) nas ideias de democracia, progressivismo e tradicionalismo. Amorim (2004) pontua que o progressivismo e o tradicionalismo estão no processo de americanização do Brasil e consideravelmente presentes nos discursos dos integrantes da CBAI, enquanto a democracia é tomada como um regime político ideal.

Em 11 janeiro de 1948, o Diário de Natal, periódico do Rio Grande do Norte, publicou em sua segunda página uma entrevista com o professor Jeremias Pinheiro Filho, que havia viajado para fazer uma qualificação nos EUA por meio do programa. O profissional considerava que “todos esses cursos de aperfeiçoamento industrial estão sendo custeados pela política de boa vizinhança entre o Brasil e os Estados Unidos”. Percebe-se, assim, como os discursos dos profissionais que tiveram formação por meio da Comissão estavam marcados pela ideia de solidariedade para o progresso, mesmo em um momento que já demarcava, como considera Ciavatta (2009), o declínio dessa política, com suas contradições sendo evidenciadas tendo em vista a disputa pela hegemonia entre os EUA e a URSS.

Em 1961, Celso Suckow da Fonseca, engenheiro que foi por quatro vezes diretor da Escola Técnica Nacional e que, inclusive, compôs o primeiro grupo de diretores a fazerem o curso de especialização nos Estados Unidos pelo programa da CBAI, escreveu, no primeiro volume de História do Ensino Industrial do Brasil - produzido no final da atuação da Comissão -, que os países da América estavam “animados [...] do espírito de fraternidade continental” (Fonseca, 1961, p. 561). Nesse contexto, ainda pode-se entender que o autor registrou o espírito da boa vizinhança: “No meio da grande convulsão que ensangüentava vários continentes, a América dava um exemplo de concórdia e de harmonia. Os americanos ainda acreditavam num mundo melhor, baseado na educação e na cultura” (Fonseca, 1961, p. 561).

⁴ Durante a Guerra Fria, o inimigo passou a ser o comunismo e a URSS

No contexto de interferência norte-americana pela Doutrina Truman, o Brasil passou por modificações importantes em sua economia, como bem sistematiza Ciavatta (2009), as quais demonstravam uma relação não uniforme com os Estados Unidos. Houve uma transformação no sentido de privatização e internacionalização, marcado pelo governo Dutra, tendo o nacionalismo econômico sido retomado com a volta do governo Vargas (1951-1954), fazendo-se, no entanto, insustentável, dado o jogo de forças internas e externas.

É importante, assim, destacar que os dirigentes brasileiros tinham interesse nesse processo e tiveram participação ativa. Como ressaltam Cunha & Falcão (2009), correspondências de Gustavo Capanema mostram que, já em 1941, o ministro enviou carta ao embaixador Carlos Martins, em Washington, solicitando técnicos norte-americanos para lecionar no Brasil tendo em vista a postura anti-Eixo do governo Vargas. Além disso, os brasileiros já haviam procurado otimizar a formação profissional a partir das contribuições estrangeiras, como a contratação de 29 técnicos suíços, que começaram a atuar em 1942, e ainda em 1936 uma “tentativa frustrada de obter professores alemães” (Cunha e Falcão, 2009, p. 151).

Ademais, em 1943, Gustavo Capanema⁵, então ministro, havia convocado uma reunião com os diretores das escolas técnicas e industriais com o intuito de estabelecer uma unidade de atuação tendo em vista a Lei Orgânica do Ensino Industrial, mas teve seus objetivos reduzidos (Fonseca, 1961). Nesse contexto, a CBAI se configurou um instrumento para operacionalizar o ensino industrial efetivando o que havia sido estabelecido pela legislação.

O Decreto-Lei n.º 4.073 de 30 de janeiro de 1942 fazia parte de um conjunto de modificações realizadas no ensino que ficaram conhecidas como Reforma Capanema⁶ e consolidou um projeto de formação do que Amorim (2004) chamou de “aristocracia do trabalho” no campo da indústria, que, diferente do perfil das Escolas de Aprendizes e Artífices, exigia uma melhor qualificação.

⁵ Ministro da Educação e da Saúde de 1934 a 1945.

⁶ Reformas feitas durante o Estado Novo sob a liderança do ministro Gustavo Capanema para regulamentar o ensino a partir de decretos-leis, as Leis Orgânicas do Ensino, que versavam sobre a instituição do SENAI; a organização do ensino industrial; a organização do ensino secundário em dois ciclos (o ginásio com quatro anos e o colegial com três); a reforma do ensino comercial. Com essa lei, o ensino industrial deixa de ter grau primário, passando a ter grau médio.

Vale salientar, como enfatiza Medeiros Neta e outros (2018), que nas Leis Orgânicas do Ensino, o curso secundário foi destinado a formar os dirigentes da nação, ficando em oposição ao ensino profissional, necessário para atender às demandas dos setores de produção. O caráter segregacionista dessa política é notório quando se observa que só com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1961 os alunos do ensino profissional ganharam a possibilidade de acesso ao ensino superior.

3 AS ATIVIDADES DA COMISSÃO

Para o desenvolvimento da CBAI, os Estados Unidos representaram, por meio da *Interamerican Foundation*, uma contribuição financeira, pelo menos nos anos iniciais do acordo (de 1946 a 1948), de 25% do total do valor investido, como observa Ciavatta (2009). Enquanto o Brasil aplicou US\$ 750.000, a quantia americana investida foi de US\$ 250.000 no referido período. Como pontua ainda a autor, esse investimento correspondia a cerca de 20% do total aplicado na educação industrial.

A aplicação de dinheiro ao longo do período de atuação da CBAI não ficou isenta de críticas. Em 1959, por exemplo, o Sindicato dos Professores Paulistas se manifestava contra o que entendia ser a má distribuição das verbas para a área da educação, que direcionava muito dinheiro, 541 milhões de cruzeiros, para “sustentar umas poucas escolas industriais”, enquanto o Fundo Nacional do Ensino Médio receberia 172 milhões, como noticiou o Correio Paulistano (SP), em 26 de junho de 1959.

O investimento da Comissão seria distribuído nas atividades as quais a CBAI se propunha a desenvolver, que foram elencadas em uma publicação da Comissão:

1. Desenvolvimento de um programa de treinamento e aperfeiçoamento de professores, instrutores e administradores./
2. Estudo e revisão dos programas de ensino industrial./
3. Preparo e aquisição de material didático./
4. Ampliação dos serviços de biblioteca: verificar a literatura técnica existente em espanhol e português. Determinar a literatura técnica existente em inglês e providenciar sua aquisição e tradução./
5. Determinar as necessidades do ensino industrial./
6. Aperfeiçoamento dos processos de organização e direção de oficina./
7. Desenvolvimento de um programa de educação para prevenção de acidentes./
8. Aperfeiçoamento dos métodos de administração e supervisão no setor federal./
9. Aperfeiçoamento dos

métodos de administração e supervisão no setor escolar./ 10. Estudo dos critérios de registros de administradores e professores./ 11. Seleção e orientação profissional e educacional dos alunos do ensino industrial./ 12. Estudo das possibilidades do entrosamento das atividades de outros órgãos de educação industrial que não sejam administrados pelo Ministério de Educação, bem como a possibilidade de estabelecer outros programas de treinamento, tais como ensino para adultos, etc. (Boletim...; n. 2, 1947, p. 3).

Cunha & Falcão (2009) identificam quatro áreas de atuação da CBAI: coordenação e difusão; cursos; publicações; pedagogia e ideologia. Essa sistematização será utilizada como norte para o desenvolvimento de considerações sobre o tema.

Com relação ao primeiro grupo (coordenação e difusão), refere-se às reuniões de diretores das escolas da rede federal de ensino industrial, que assistiam a palestras de educadores norte-americanos e brasileiros seguindo uma lógica que visava uma homogeneização. Já no começo de 1947 a CBAI organizou, conforme Fonseca (1961), a II Reunião de Diretores de Estabelecimentos de Ensino Industrial, no Rio de Janeiro.

Vale destacar que, ao longo de seu período de atuação, a CBAI contou com uma sede no Rio de Janeiro, no Ministério da Educação; uma sub-sede em Curitiba, na Escola Técnica Federal do Paraná e outra sub-sede em São Paulo, com a Secretaria Estadual do Trabalho (Cunha & Falcão, 2009). Como se vê, as centrais da Comissão estavam localizadas na região sul-sudeste do país, o que se conecta com o desenvolvimento da indústria brasileira. Nesse contexto, São Paulo se configurava o grande pólo industrial, apresentando, por exemplo, entre 1939 e 1949, uma taxa de crescimento na indústria de transformação de 9,8%, enquanto o percentual a nível nacional era de 7,8%, conforme Cano (2007).

Quanto aos cursos, Cunha & Falcão (2009) consideram a formação que professores e diretores receberam nos Estados Unidos e, mais tarde, o treinamento no Brasil feito por profissionais norte-americanos e brasileiros que já tinham participado do curso. Há, nesse grupo, os cursos de férias, concentrados na sede; e os itinerantes, que foram oferecidos em vários lugares. Pode-se dizer que essa era a área mais importante do acordo, inclusive, como observa Ciavatta (2009),

para onde era destinado cerca de metade do financiamento da Comissão.

Já em fevereiro de 1947, um grupo de 40 professores de todo o Brasil, conforme o Boletim nº 3 de 1947, ficou por três meses na Escola Técnica Nacional para um “Curso de Orientação” o qual continha o seguinte cronograma: Uma hora de Admissão ao ensino; uma hora de História Econômica e Geografia do Brasil; três horas de Inglês; duas horas de Trabalho Prático na Oficina; uma hora de Orientação sobre os Estados Unidos. Os profissionais que demonstrassem melhor aproveitamento do curso estariam habilitados para participar do treinamento nos Estados Unidos, onde poderiam ter contato com a indústria e o ensino industrial do país.

As publicações também se constituem elemento relevante. A CBAI publicou os Boletins, que se pretendiam mensais e eram encaminhados a professores e diretores. Além disso, a Comissão editou livros e folhetins, os quais, assim como os Boletins, tiveram a participação de brasileiros e estrangeiros.

Consta no Boletim nº 5 de 1961 um texto do especialista em materiais didáticos Harry W. Paine no qual fez considerações sobre a necessidade de se produzir os livros. Paine registrou que no Brasil não havia produção para o ensino industrial e simples traduções não preencheriam as condições de ensino no Brasil. Além disso, “o desenvolvimento na indústria exige que os professores escrevam novas unidades, a fim de manter os alunos em dia com as mudanças no ofício para o qual se preparam” (Boletim..., n. 5, 1961, p. 2).

Outrossim, não se pode esquecer da presença das produções cinematográficas enquanto materiais didáticos:

As técnicas visuais foram muito incentivadas, a exemplo dos projetores de filmes 16 mm, que foram distribuídos às escolas industriais. Filmes norte-americanos foram legendados ou sonorizados em português; a projeção de slides, vulgarizada. O Boletim no. 1 do ano de 1951 dizia que já se dispunha de 71 filmes sobre trabalhos de oficina, 34 sobre tecnologia e 45 sobre assuntos de cultura geral. (Cunha & Falcão, 2009, p. 169).

O último ponto dos agrupamentos feitos diz respeito à pedagogia e ideologia. Para Cunha e Falcão (2009, p. 151), a CBAI “foi um protagonista eficaz na constituição da rede federal de ensino industrial conforme os padrões educacionais escolanovistas. Ademais, foi um

eficaz difusor de método de treinamento segundo os princípios do taylorismo, o TWI”⁷.

A busca pelo aumento da produtividade se constituía pauta crucial na CBAI e o método TWI era visto como a via mais adequada para isso. Com relação a uma avaliação da aplicação desse método no Brasil, o Chefe do TWI da CBAI em 1956, Marciano Pereira Ribeiro, registrou que “Um aprendiz, depois de treinado, passou a fazer 350 suportes de liquidificadores por dia, em vez de 150 como antes” (Boletim.. n. 6, 1956, p. 1620). Como destaca Ciavatta (2009), a produtividade, nesse momento, não estava mais relacionada a um aumento do tempo de trabalho, mas à intensificação do trabalho.

Pelo menos até 1956, foram instalados três escritórios regionais (além da sede) para operacionalizar as atividades do setor de TWI: um em São Paulo; outro em Minas Gerais e mais um no Rio Grande do Sul. Tal estruturação foi possível, segundo o Boletim da CBAI n° 6 de 1956, em decorrência dos acordos e convênios regionais com o governo de São Paulo, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

4 O BOLETIM

Os Boletins, já referidos, são certamente os principais documentos para o estudo sobre a CBAI e por isso lhes foi dedicada uma seção específica neste trabalho. Essa documentação se constitui periódicos que eram produzidos e distribuídos para os funcionários das escolas industriais, mais especificamente professores e diretores. Ademais, não se restringindo aos espaços escolares, também eram enviados para jornais de ampla circulação, a exemplo do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, como consta de forma mais específica na edição de 14 de abril 1950:

Figura 1: Seção Publicações do jornal *Correio da Manhã*

⁷ Mueller (2012) destaca que a metodologia do TWI (*Training Within Industry* ou “Treinamento dentro da Indústria”), utilizada na Segunda Guerra pela indústria americana, se baseou no método desenvolvido por Charles Allen, em 1919, ainda como aparato para a indústria naval da Primeira Guerra, cujo “elemento-chave [...] era o inter-relacionamento entre os supervisores e os trabalhadores operários, sendo considerado o fator responsável pelo sucesso da indústria de suporte à guerra dos Estados Unidos” (Mueller, 2012, p. 262).

1. Informar a todos os interessados sobre o desenvolvimento e o progresso do ensino industrial no Brasil./ 2. Publicar artigos especiais sobre o ensino industrial./ 3. Apresentar informação específica de utilidade para professores e diretores de estabelecimentos do ensino industrial. (Boletim..., n. 1, 1947, p. 8).

O encarregado pela editoração do Boletim era o Prof. Jesus Belo Galvão⁸, que assinou quase todos⁹ seus editoriais até o ano de 1954 - depois disso a seção passou a não ter assinatura. O Boletim nº 7 e 8 desse ano esclareceu sobre o mau estado de saúde no qual se encontrava o professor. Um pouco antes, como considera Filgueiras (2011), em 13 de abril de 1954, o Jesus Belo Galvão assinou um acordo para o estudo crítico de livros didáticos e programas de ensino no contexto da Caldeme (Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino). Durante os meses de setembro e outubro de 1954, o redator substituto ficou sendo Virgílio Cavalcanti. Após isso, o nome de Jesus Belo Galvão voltou a aparecer enquanto redator. A partir de 1958, no entanto, não se notificou mais o nome de qualquer redator, sendo uma das mudanças que se conectaram com a transferência de sede da publicação dos periódicos para o Paraná - como será discutido em linhas próximas.

As informações contidas no Boletim podiam ser também construídas por professores ou diretores da rede de escolas industriais que tivessem interesse. O primeiro Boletim apresentou considerações sobre o teor dos trabalhos publicados, os quais podiam trazer as seguintes discussões: 1. Novas ideias e trabalhos realizados pelas escolas industriais./ 2. Notícias de nomeações, mudança de pessoal, etc./ 3. Exposições realizadas nas escolas./ 4. Informação de utilidade para professores e diretores de ofício./ 5. Artigos especiais sobre o ensino industrial. (Boletim..., n. 1, 1947, p. 8). O Boletim apresentava também a preocupação de que os produtores dos textos enviassem fotografias anexas e é considerável a presença de imagem ao longo de suas páginas. Embora houvesse pedidos ao longo das edições para que professores e diretores enviassem seus escritos, aparentemente houve um desconforto tendo em vista os materiais selecionados para publicação.

⁸ Jesus Bello Galvão era graduado em Filosofia pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, com doutorado em Letras. Era professor do Colégio Pedro II, professor da Escola Técnica do Estado da Guanabara e professor de Letras da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Foi membro da Academia Brasileira de Filologia e da ABE. (Filgueiras, 2011, p. 11).

⁹ Sólton Guimarães assume o editorial do Boletim nº 6 de 1953, por exemplo.

O editorial do Boletim nº 7 de 1948 discorre sobre “rumores de que a colaboração [...] é privilégio de alguns diretores e de outros professores”, negando a existência desse tipo de seleção viciada e reiterando o convite para a contribuição de todos, ressaltando o “caráter rigorosamente técnico” das atividades e o “regime democrático em que devemos viver”, ponderando, no entanto, que tinham a obrigação de selecionar o material que chegava. Embora não se vá aqui imergir nessa discussão, essa consideração é um elemento que contribui para problematizar o teor e os agentes do(s) discurso(s) da CBAI.

Em 1957 a edição desses materiais foi transferida para Curitiba. Celso S. da Fonseca justificou, em História do Ensino Industrial no Brasil (Vol. I), a transferência ressaltando a “excessiva burocratização” dos trabalhos em decorrência de o Rio de Janeiro ser “um grande centro” que “dispersava as atenções”. “Por isso, planejaram instituir um centro piloto, que funcionasse em íntima colaboração com uma das escolas da rede federal sediada fora da antiga capital do país, havendo sido escolhida, para aquela finalidade, a cidade de Curitiba” (Fonseca, 1961, p. 574).

Nesse processo, o Boletim teve uma pausa em sua publicação em março de 1957, apresentando modificações em sua estrutura quando voltou a ser publicado. No editorial de outubro de 1958, “Reaparecimento do boletim da C.B.A.I.”, a retomada da publicação foi notificada ressaltando-se que agora ficaria de incumbência da Escola do Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores e que o intervalo referido se deu em decorrência da necessidade de aparelhamento da Escola.

Ademais, o editorial de outubro de 1958 salienta que os boletins a partir de então seriam mais objetivos, com um cunho mais informativo. De fato houve uma significativa mudança, que pode ser observada já na composição do sumário, o qual antes (de 1948 a 1957) contava com quatro seções, a saber: editorial, problemas de educação, documentário e noticiário. A partir de 1958, o periódico passou a contar com apenas duas seções: editorial e noticiário.

Outro elemento que se mostra modificado é que, diferente das produções do período anterior, não se tem uma preocupação em registrar os autores dos textos - o que só vai acontecer com maior intensidade nos últimos anos de publicação em Curitiba. O nome do redator do Boletim também não mais consta no periódico.

Ainda, percebe-se que a frequência de produção passou a ser diminuída, a exemplo do ano de 1960, quando a primeira edição ocorreu apenas em abril. Entretanto, vale considerar que, mesmo antes da transferência de sede, o Boletim não mantinha uma frequência mensal, como pode ser notado ao se analisar as publicações do ano de 1954, que contou com apenas oito edições, algumas das quais condensavam o conteúdo que seria referente a dois meses.

Os Boletins se constituem material de grande importância para o estudo da CBAI. O conteúdo dos textos que apareciam nas edições é bastante variado, sendo possível encontrar, por exemplo, escritos sobre as visitas e viagens feitas por brasileiros e americanos; registros de cursos e demais eventos; legislação educacional; reflexões sobre questões relacionadas à educação e à indústria; aspectos sobre específicas escolas industriais; considerações médicas e comportamentais sobre os alunos; lista de publicações; explicações sobre determinados conteúdos escolares. A partir desses documentos, foi possível, inclusive, localizar aspectos da organização da Comissão, que serão explorados a seguir.

5 ADMINISTRAÇÃO DA CBAI

A CBAI, ligada ao Ministério da Educação, tinha sua administração compartilhada pelos dois países envolvidos - Brasil e Estados Unidos da América -, sugerindo, assim, a cooperação nas decisões sobre o ensino industrial.

A Superintendência, cargo destinado ao Diretor do Ensino Industrial do Ministério da Educação, foi ocupada, ao longo dos anos de atuação da Comissão, pelos seguintes representantes brasileiros, conforme levantamento feito por Cunha & Falcão (2009, p. 160):

Francisco Montojos – janeiro 1947 a julho 1949; Ítalo Bologna – julho 1949 a março 1951; Solón N. de S. Guimarães – março 1951 a junho 1953; Flávio P. Sampaio – julho 1953 a agosto 1955; Carlos Pasquale (interino) – agosto 1955 a dezembro 1955; Francisco Montojos – dezembro 1955 a fevereiro 1961; Arnaldo Hildebrand – fevereiro 1961 a novembro 1962.¹⁰

Percebe-se que não houve uma constância ao longo dos anos dos representantes, sendo notada a presença de mandatos de dois anos. Em

¹⁰ Ademais, em 1947 Hildebrand ocupou o cargo de Assistente do Superintendente.

geral, essas pessoas passavam a ocupar cargos em outras instituições, como é o caso de Flávio P. Sampaio, que em 1955 pediu exoneração, a pedido da Fundação Getúlio Vargas, para assumir a direção da Escola de Administração de Empresas em São Paulo, conforme consta no Boletim nº 8 de 1955. Outrossim, alguns desses cargos foram ocupados interinamente, por motivo de férias de algum funcionário, por exemplo. O nome que prevalece pela frequência é o de Montojos - com dois mandatos. Pedrosa e Santos (2015, p. 9) consideram que Francisco Belmonte Montojos, era um “homem de confiança” de Capanema. Formado pela Escola de Engenharia de Porto Alegre no ano de 1925, instituição com vínculos orgânicos com a embrionária cultura industrial no Brasil. Montojos foi um engenheiro-industrialista-educador: engenheiro por titulação, industrialista pela orientação intelectual e educador em decorrência da longa presença no Ministério da Educação e Saúde nos períodos de constituição e de instituição do novo ensino industrial brasileiro. (Pedrosa & Santos, 2015, p. 5).

Vale ressaltar que Montojos foi signatário do Manifesto “Mais uma vez convocados”, de 1959, que reafirmava os princípios do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Como já referido, a CBAI foi um importante propulsor do escolanovismo no país.

Os demais representantes tiveram sua relação com a CBAI resumida por Cunha & Falcão (2009), pontuando que

Italo Bologna, oriundo do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, de São Paulo, dirigente do SENAI naquele estado e no Departamento Nacional, foi um dos mais influentes dirigentes do setor. Contrastando com os dois engenheiros anteriores, Sólton Nelson de Sousa Guimarães, que acrescentava a essa formação a vivência no ensino normal baiano, exerceu uma atividade mais propriamente pedagógica. Flávio Penteado Sampaio, oriundo da destacada Escola Técnica Getúlio Vargas, da rede estadual paulista, e professor da Escola de Administração de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas, deu à CBAI um tom predominantemente gestor e empresarial. Armando Hildebrand, quadro da Diretoria, desde a década de 40, ocupou também a Divisão de Ensino Secundário, do Ministério da Educação. Nesta dupla condição, foi um dos principais artífices tanto da “secundarização” do ensino profissional, quanto da experimentação que levou aos ginásios orientados para o trabalho. (2009, p. 160).

Com relação à sede em Curitiba, houve também codireção. Do lado brasileiro, Lauro Wilhelm foi o único dirigente do Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores, atuando de 1958 a 1961. O engenheiro civil já havia sido diretor do Liceu Industrial do Paraná de desde 1939, conforme Gursky Júnior (2000).

Quanto à participação dos americanos na direção da CBAI, selecionados pela IAF, nota-se que houve uma maior variação na ocupação dos cargos, como se pode observar no Quadro 1:

Quadro 1: Cargos e representantes dos Estados Unidos na CBAI¹¹

Cargo	Nome	Período de atuação
Representante Especial	John Benjamin Griffing	janeiro de 1947 - fevereiro de 1947
Representante Especial	George S. Sanders	fevereiro de 1947 - dezembro de 1947 e julho de 1948 - março de 1949
Representante Especial	Lloyd A. Lezotte	dezembro de 1947 - julho de 1948
Representante Especial	Edward W. Sheridan	abril de 1949 - março de 1953 e janeiro de 1955 - janeiro de 1956
Representante Especial	Eldridge R. Plowden	abril de 1953 - dezembro de 1954
Chefe da Delegação Americana	Paul C. Packer	fevereiro de 1956 - janeiro de 1957
Chefe da Delegação Americana	Thomas A. Hart	fevereiro de 1957 - julho de 1959
Chefe da Delegação Americana	Arthur F. Byrnes	julho de 1959 - (pelo menos) julho de 1961
Chefe da Divisão do Ensino Industrial (D. A.)	Edward W. Sheridan	janeiro de 1956 - dezembro de 1956
Diretor Técnico Americano (Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores)	Robert Stanley Hoole	setembro de 1957 - fevereiro de 1959
Diretor Técnico Americano (Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores) - interino	L. John Lipney	março de 1959 - agosto de 1959
Diretor Técnico Americano (Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores) - interino	Stanley G. Hagen	outubro de 1959 - março de 1960
Diretor Técnico Americano (Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores)	Alton D. Hill	abril de 1960 - (pelo menos) julho de 1961

Fonte: Elaboração das Autoras.

¹¹ Esse quadro foi construído a partir do levantamento feito por Cunha & Falcão (2009). Além do referido texto, utilizou-se para construir o quadro os Boletins da CBAI a que se teve acesso para este trabalho e o livro *História do Ensino Industrial no Brasil (Vol. I)*, de Celso S. da Fonseca.

Ao se debruçar sobre os Boletins, observa-se a pouca frequência de textos assinados pelos representantes estadunidenses. Detectou-se, no acervo utilizado, apenas dois textos de George S. Sanders e um com referência a um relatório produzido por Robert Stanley Hoole. Os textos elaborados pelo primeiro foram “Conservação e guarda das pranchetas e instrumentos de desenho”, no Boletim nº 8 de 1948, e “O problema dos grampos nas oficinas de marcenaria”, no Boletim nº 9 do mesmo ano - ambos de cunho técnico. Encontra-se, também, no Boletim nº 3 de 1959 um texto produzido a partir de considerações feitas a partir de uma viagem por Robert Stanley Hoole sobre o Programa de Educação Industrial da Argentina. Esse já tem um caráter de considerações pedagógicas no qual o estadunidense fez comparações entre o contexto argentino e brasileiro e encaminha sugestões para a melhoria do segundo.

No que diz respeito ao histórico profissional desses representantes, valem algumas considerações de modo que se trace um resumido perfil da presença estadunidense na codireção da CBAI. Em alguns casos, os próprios Boletins forneceram informações para a construção desses currículos.

Sabe-se que John Benjamin Griffing, formado nos Estados Unidos, era agrônomo, sociólogo e educador. Em 1936 ele assumiu no Brasil a direção da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais - ESAV, sendo o segundo americano no posto. Em 1942, voltou aos Estados Unidos, dirigindo um curso de treinamento vocacional para os trabalhadores em produção bélica no Estado da Califórnia. Durante a Segunda Guerra Mundial chefiou, no Nordeste brasileiro, a divisão de abastecimento do Instituto de Assuntos Interamericanos¹².

Quanto a George S. Sanders, o Boletim da CBAI nº 7 de 1947 traz algumas informações. A edição destaca que o profissional tinha uma longa experiência na indústria, tendo se diplomado como Bacharel em Ciências e Engenheiro Mecânico. Ademais, foi diretor de escolas industriais e responsável por treinamentos pedagógicos nos EUA. Durante a guerra, foi responsável pelo programa de ensino técnico do *Army Air Service Command* e auxiliou na organização de programas de ensino através os Estados Unidos e no Havaí, Panamá e “Índias Ocidentais”.

¹² Ver mais em: <http://www.personagens.ufv.br/?area=john>

O Boletim nº 2 de 1958 traz informações sobre Robert Stanley Hoole enfatizando que havia antes desempenhado “importantes missões em diversos lugares”. Consta que o funcionário era bacharel em Ciências nos Estados Unidos. A princípio foi professor de eletricidade e diretor da *McKinley Vocational High School* em 1935. Atuou na Primeira e Segunda Guerra, servindo ao exército e no cargo de supervisor de treinamento para indústrias bélicas, respectivamente. De 1948 a 1953 supervisionou um programa estadual chamado “Currículo de laboratório” e, ainda em 1953, foi enviado pela Universidade Estadual de Pennsylvania para atuar como Conselheiro na China, onde permaneceu até 1957.

Lloyd A. Lezotte, conforme o Boletim da CBAI, nº 5, de 1947, Lecionou durante dois anos em escolas rurais de Nebraska. A partir de 1924 serviu em Porto Rico como professor de inglês, professor de escola superior, diretor de escola superior, supervisor de ensino profissional e industrial, organizador, supervisor e instrutor de professores em ensino comercial e, finalmente, como diretor geral do programa de ensino vocacional de Porto Rico. Trabalhou durante seis anos na indústria, em ofícios mecânicos. (Boletim..., n. 5, 1947, p. 16).

Lezotte formou-se na Universidade do Porto Rico em 1936 e também serviu durante a Segunda Guerra Mundial na posição de oficial de treinamento.

O representante Paul C. Packer, como consta no Boletim nº 2 de 1956, graduou-se nos Estados Unidos obtendo grau de bacharel em 1918; o de Administração Escolar em 1921 e o de Doutor em Filosofia em 1923. Packer foi professor, supervisor e diretor de escola e de 1950-1953 exerceu as funções de Diretor da Divisão de Educação do HAA no Paraguai e, de 1953-1954, diretor da mesma divisão no Iraque.

Com relação à direção americana do Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores, o Boletim nº 2 de 1959 traz alguns dados sobre Stanley G. Hagen. O profissional graduou-se em 1939 nos Estados Unidos em Ciências e Educação Industrial. Em 1944 alistou-se para a Marinha norte-americana. Trabalhou como instrutor de oficina mecânica até 1957, quando foi chamado a ir ao Brasil como técnico em mecânica de máquinas.

Sobre os demais funcionários não se conseguiu neste trabalho acessar informações adicionais. No entanto, o perfil dessa parcela dos representantes americanos mostra figuras que, em maioria, já estavam

envolvidas com o ensino, além de áreas dos Estados Unidos, no Brasil ou em outros países da América - Panamá, “Índias Ocidentais”, Porto Rico, Paraguai - ou mesmo de fora, como citado, Iraque e China. O mapeamento da rota de atuação desses intelectuais pode ser um elemento valioso na compreensão da política externa dos Estados Unidos no que diz respeito ao setor da educação desse período, além das influências das diversas regiões na constituição do modelo de ensino industrial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se observou, no contexto da política externa norte-americana e do desenvolvimento industrial brasileiro, a CBAI sinalizava tanto um elemento difusor da ideia de “Política de Boa Vizinhança”, de solidariedade para o progresso, quanto a simbiose entre educação e indústria.

Mesmo detalhes da estrutura da Comissão, como a imagem do cabeçalho do Boletim produzido, sugerem como essa estrutura educacional se voltava para a indústria - como é bem corroborado quando se pensa na barreira legal que impedia prosseguimento dos estudos para o grau superior até a legislação de 1961. Outrossim, os funcionários que constituíram os quadros da Comissão estavam ligados, em grande parte, ao mundo industrial – de forma mais ou menos próxima –, mas também ao panorama mais geral relacionado à educação do país (Montojos é um exemplo destacável desses dois aspectos).

Além disso, os diretores estadunidenses, com sua atuação em diversas regiões do mundo, representam a circulação das ideias do ensino profissional e da influência dos Estados Unidos nesse contexto - além do acúmulo a partir da experiência em diferentes contextos. Sendo assim, há um amplo caminho de pesquisa a ser percorrido de modo que não se deixe simplificar a constituição das ideias que norteiam o ensino industrial do período.

REFERÊNCIAS

1. Amorim, M. L. (2004). *Da Escola Técnica de Curitiba à Escola Técnica Federal do Paraná: projeto de formação de uma aristocracia do*

- trabalho (1942-1963)*. 387 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
2. Boletim da CBAI. Rio de Janeiro: Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial, 1947-1957.
 3. Boletim da CBAI. Curitiba: Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial, 1958-1961.
 4. Bordignon, T. F. (2015). *Revolução burguesa e ensino profissional: o protagonismo da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (1946-1961)*. 206f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos.
 5. Cano, W. (2007). *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970*. Unesp.
 6. Ciavatta, M. (2009). *Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930-60)*. Rio de Janeiro: Lamparina.
 7. Falcão, L. Q., & Cunha, L. A. (2009). Ideologia, política e educação: a CBAI (1946/1962). *Revista Contemporânea de Educação*, 4(7), 149-176.
 8. Filgueiras, J. M. (2011). As ações da Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME). In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011, São Paulo. *Anais...*, 24. São Paulo.
 9. Fonseca, C. S. (1961). *História do ensino industrial no Brasil* (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: ETN.
 10. John Benjamin Griffing. *Personagens e pioneiros da UFV*. Disponível em: <http://www.personagens.ufv.br/?area=john>. Acesso em: 24 jan. de 2020.
 11. Macedo, K. B. de. (2013). O “Office of the Coordinator of Inter-American Affairs” entra em cena: novas abordagens para uma Política de Boa Vizinhança. In: Anais do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 9.
 12. Medeiros Neta, O. M., de Lima, E. L. M., Barbosa, J. K. D. S. F., & Nascimento, F. D. L. S. (2018). Organização e estrutura da educação profissional no Brasil: da Reforma Capanema às leis de equivalência. *Holos*, 4, 223-235.
 13. Pedrosa, J. G. & Santos, O. G. dos. (2015). A atuação de Francisco Montojos na constituição e na instituição do novo ensino industrial brasileiro (de 1934 a 1942). *Educação & Tecnologia*, 13.
 14. Prohmann, M. (2016). *Americanismo e fordismo nos boletins da comissão brasileiro-americana de educação industrial*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba.

15. Tota, A. P. (2014). Como um Rockefeller sonhou em modernizar o Brasil. *Anais do XI Encontro Internacional da ANPHLAC, Niterói*, 1-12.
16. Tota, A. P. (2000). *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. Editora Companhia das Letras.
17. Mueller, R. R. (2012). A Relação Histórica Entre Trabalho e Educação: O Caso do Training Within Industry (TWI) e a Reestruturação Produtiva. *Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, 16(1), 257-280.
18. Novaes, B. W. D. (2018). O ensino da matemática nas Escolas Técnicas Federais: a influência da CBAI (Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial) na formação docente. *Anais do ENAPHEM- Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática- ISSN 2596-3228*, (4).
19. Gursky Junior, L. (2000). *As estratégias do CEFET-PR no período de 1935 a 1945*. 2000. 223 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.